

A história do ensino secundário público em Dourados de 1958 a 1977: uma instituição pioneira

¹ INÊS VELTER MARQUES

ines.velter@gmail.com

Introdução

O referido artigo tem como objetivo analisar o processo de instalação e funcionamento de uma instituição pioneira, pública de ensino secundário em Dourados, a saber o Colégio Estadual Presidente Vargas, no período de 1958 a 1977. O recorte temporal do ano de 1958 sinaliza a data provável do início das atividades escolares na referida instituição no município. O ano de 1977 justifica-se por se tratar do ano de divisão do Estado de Mato Grosso e que constitui um marco na história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A pesquisa esta pautada em fontes documentais presentes em arquivos escolares, acervos pessoais de ex-alunos e professores, no CDR - Centro de Documentação Regional da UFGD e Arquivos Públicos de Mato Grosso do Sul, como: Relatórios e Processos, Relatórios de Secretários de estado, dados censitários, legislação, jornais, cadernos, boletins escolares, mensagens de governador, entre outros. É por meio da coleta de dados no CDR / UFGD e nos arquivos da Colégio Estadual Presidente Vargas que está sendo possível registrar a história desta instituição de ensino secundário de Dourados, desde a doação do terreno, aspectos de seu funcionamento e de sua cultura escolar.

Ao direcionar os estudos à uma instituição escolar e correlacioná-la ao contexto histórico implica em compreender e analisar o desenvolvimento desta de acordo com a expansão e mudanças que ocorreram na sociedade bem como compreender a história de um determinado povo e sua cultura. É nesse âmbito que,

Atualmente os estudos de instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da História da Educação, privilegiam a instituição escolar considerada em sua materialidade e em

¹ Universidade Federal da grande Dourados – UFGD. Graduada em Letras pela UFMS, especialista em Arte e Educação na UNIVALE e mestranda em Educação, Memória e Sociedade – UFGD.

seus vários aspectos. A expressão cultura escolar tem sido utilizada como uma categoria abrangente destes estudos. (NOSELLA & BUFFA, 2009, p.18).

Desta forma, a relevância desta pesquisa na referida instituição escolar, parte do contexto histórico do ensino secundário no Brasil e, mais especificamente do ensino secundário no sul de Mato Grosso para delinear a história da Escola Presidente Vargas de Dourados, no período de 1958 a 1977.

O ensino secundário no Brasil e no Sul de Mato Grosso: uma breve contextualização

No ensino secundário, os níveis de seriação foram fixados efetivamente pela Reforma Francisco Campos, de 1931 (DALLABRIDA, 2009), que atribuiu organicidade e seriação ao ensino secundário, superando o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados (PILETTI, 1987; ROMANELLI, 1996). De fato, esta reforma alterou a duração do ensino secundário, de cinco para sete anos, e dividiu-o em dois ciclos:

O primeiro ciclo, chamado “fundamental”, com um período de cinco anos, era um curso comum a todos os estudantes secundaristas e conferia formação geral. A segunda fase do ensino secundário, o “ciclo complementar”, formado por dois anos, era propedêutico para o curso superior e apresentava um leque de três opções: “para os candidatos à matrícula no curso jurídico”, “para os candidatos nos cursos de medicina, farmácia e odontologia” e “para os candidatos nos cursos de engenharia ou de arquitetura”. (BRASIL... 2007, p. 1-2 apud. DALLABRIDA, 2009, p.186).

Dessa maneira, a Reforma Francisco Campos atribuiu uma estrutura mais complexa ao ensino secundário. No entanto, aponta Dallabrida (2009):

A divisão criada pela Reforma Francisco Campos foi rearranjada na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 (Reforma Capanema) ao estabelecer o ciclo ginasial, de quatro anos, e o ciclo colegial, de três anos, divisão que permaneceu na estrutura do ensino brasileiro até o início da década de 1970, quando foi criado o 1º grau, a partir de fusão do curso primário com o ciclo ginasial, e o 2º grau, formado pelo ciclo colegial (DALLABRIDA, 2009, p. 187).

A história do ensino secundário de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, instituída pelo Decreto-Lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942, veio revitalizar a formação humanista e estabeleceu como finalidade desse nível de ensino: “formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das

humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística”. (BRASIL, 1952, p. 21 apud. SOUZA, 2009, p. 81). Em 1962, o ensino secundário passou por novas reformulações em razão da primeira lei de educação nacional-, Lei nº 4.024/61. E essas reformulações alteraram significativamente as disciplinas escolares, pois as disciplinas humanísticas e propedêuticas, como, por exemplo, o Latim e Frances, deixaram de ser obrigatórias.

No que diz respeito do então Mato Grosso-Uno, o ensino secundário desenvolveu-se lentamente. As primeiras instituições de ensino secundário no Estado foram instaladas em Cuiabá, Campo Grande Corumbá. Assim, é importante destacar que nas décadas de 1910 a 1940, em relação à educação e instituições escolares, públicas, haviam grandes percalços relacionados à implantação das escolas, dentre os quais: a extensa expansão geográfica do estado, dificultando assim, uma interação entre a capital – Cuiabá com as demais cidades e o restante do país; a instalação de apenas um ginásio – O Liceu Cuiabano - na capital; as questões políticas e sociais, que dificultavam uma unificação.

É importante registrar aqui que a situação era ainda mais complexa no sul do estado, como por exemplo, em Campo Grande e Corumbá, onde foram instalados os primeiros colégios públicos, além do Liceu Cuiabano. Porém, com a ausência, possivelmente, efetiva do setor público, quem assumiu a responsabilidade de administrar esta modalidade de ensino foi a iniciativa privada, com o intuito de atender a demanda das classes elitizantes.

A iniciativa privada predominou nas décadas de 1900 a 1950 e em decorrência iniciou a instrução no ensino secundário no sul de Mato Grosso, com a instalação de colégios em Campo Grande: Instituto Oswaldo Cruz (1927), Colégio Maria Constança Barros Machado (1954) ambas de natureza privada e o Colégio Salesiano Dom Bosco (1930), primeiro foi de natureza pública e mais tarde passou a ser privado. Em Maracaju a Escola Estadual Pe. Constantino de Monte (1961) era privada. Em Três Lagoas Colégio Salesiano Dom Bosco (1924) de natureza, privado, mais tarde público e hoje privada. Na região de fronteira Corumbá o Ginásio Maria Leite de Barros (1954) e o Colégio Santa Teresa (1958), ambas de natureza privada e hoje públicas. No município de Dourados o Colégio Oswaldo Cruz (1954) e a Escola Imaculada Conceição (1955), sendo as duas privadas e o Colégio Estadual Presidente Vargas (1958) público.

Esses dados permitem compreender que a iniciativa privada predominou no ensino secundário no Sul de Mato Grosso, até os meados de 1950, pois foi a partir de então com as reformas educacionais e novos incentivos pelo governo para a erradicação do analfabetismo que este quadro começou a mudar. É importante salientar que a lista não contempla o norte de Mato Grosso e que objetivou-se um quadro geral do sul de Mato Grosso, sendo portanto, possível haver e ou existir outras instituições de ensino, mas que até o presente momento não foram possíveis localizar.

Em relação às pesquisas iniciais e leituras acerca do ensino secundário no sul de Mato Grosso observou-se que ainda requer amplos estudos e detalhes no que se concerne a registros e histórias das instituições escolares, pois se pode dizer que há muitas divergências relacionadas ao início das atividades escolares em algumas instituições, a modalidade de ensino, a cultura escolar e os currículos.

A pesquisa teve suas pesquisas iniciadas a partir de coleta de dados no CDR (Centro de Documentação Regional) da Universidade Federal da Grande Dourados e nos arquivos da denominada hoje, Escola Estadual Presidente Vargas, que direcionaram e conduziram as primeiras indagações sobre a referida instituição. Pois, as fontes estão na origem, uma vez que elas constituem “o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. [Ou seja], nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história” (SAVIANI, 2004, p. 05). O processo foi iniciado por meio de um levantamento da documentação existente.

Os documentos encontrados até o momento: registro das matrículas de 1958 a 1960, nomeações de professores substitutos, ofícios de exoneração, contratos de professores, lista de professores, folha de pagamentos, decretos, currículos de professores, solicitação de ordem de pagamentos, atas dos resultados finais e dos exames de admissão dos alunos que apresentam informações sobre os conteúdos e ainda estabelecer uma relação dessa documentação para a pesquisa em História da Educação e história da Cultura Escolar, mais especificamente para a pesquisa em história das instituições escolares de ensino secundário.

Apesar da riqueza de informações dos documentos mencionados anteriormente, o pesquisador não pode se esquecer da necessidade de cruzamento dos conteúdos destes documentos com outros que poderão ser encontrados em locais diferentes de pesquisa. Além disso, o pesquisador deve estar atento ao fato de que as fontes utilizadas são produções

humanas. E como menciona Le Goff (1994, p.546), “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder (...)” Desse modo, os documentos enquanto produções humanas podem expressar interesses pessoais, muito mais do que a realidade concreta, e, nesse caso, o pesquisador corre o risco de tomar uma realidade desejada como algo realizado. Afinal, cabe ao pesquisador o trabalho de conferir validade, coerência, lógica e unidade, nos documentos pesquisados, estabelecendo relações com outros documentos e acervos, para compreender estas fontes.

O contexto histórico e da educação em Dourados e região

O município de Dourados, esta localizado a sudoeste de Mato Grosso do Sul, faz parte da faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, foi criado por meio do decreto estadual de nº 30 de 20 de dezembro de 1935. Até então, o município ainda pertencia a Ponta Porã. Hoje, é a segunda maior cidade do estado, sua população tem predominância nos espaços urbanos correspondendo a um total de 91,19% desta população que se concentram na zona urbana.

Com a expansão do território do antigo Mato Grosso (UNO), foi criado em 1940 a Colônia Agrícola de Dourados. Neste período do governo Vargas buscou cumprir o objetivo de povoamento, neste caso do sul do estado de Mato Grosso criou então, pelo Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), trazendo para a região famílias oriundas de todas as regiões do país. Porém, a CAND só foi implantada depois de 1948, que com os imigrantes colocou disponível mão de obra barata que valorizou a terra. A ocupação dos lotes levou a uma redistribuição das pequenas propriedades e à concentração das terras, acompanhada da implementação do trabalho assalariado.

Reformulado pelas companhias privadas, o projeto estadista voltou-se para a especulação febril da terra, agora valorizada pela existência de mão de obra disponível e barata. Esse processo foi favorecido pelas alianças empresariais e eleitorais patrocinadas por grupos econômicos e políticos, que incidiram sobre o controle da distribuição das terras (as melhores) devolutas do estado. As terras da Colônia foram cobiçadas e tornaram-se objeto de desenfreada especulação.

E dentro deste contexto histórico de colonização em Dourados e região, que a educação no município é marcada por significativas mudanças, assim como em outras localidades do país, ela segue as tendências da forma como estava organizada a educação nacional, apesar de ser de uma forma “atrasada” em relação principalmente do Colégio D. Pedro I.

Para compreender o contexto histórico das instituições há que se verificar que em 06 de abril de 1939 foi criada a primeira escola com turmas de 1ª a 4ª série, a “Escola Erasmo Braga”, de caráter privado e confessional ligada à Igreja Presbiteriana do Brasil. Em 1941, a Igreja Católica criou a Escola Paroquial Imaculada Conceição, fechada em 1946 e quatro anos depois (1950) fundam a Escola Paroquial Patronato de Menores, privada/ semi internato e confessional.

O ensino público, teve início em 1940 quando foi criada primeira escola municipal. Em 1946, o Decreto Municipal nº 70 estabelecia o regulamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados e, no seu art. 22, determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória. O artigo 38, estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não frequentes e “comparecimento intermédio da autoridade policial”. (GRESSLER, 1988).

No período de 1943 a 1950 verificou-se a atuação federal, na região, com a construção de 12 escolas pela administração da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. No início da colonização foram instaladas 150 escolas de ensino primário no Núcleo Colonial de Dourados, que foram municipalizadas. E em 1954 a escola particular Oswaldo Cruz passou a oferecer além do ensino primário, o ensino ginásial diurno e noturno. Em 1955, foi criada a escola particular “Imaculada Conceição” construída pelas irmãs Franciscanas vindas do Rio Grande do Sul. Sendo que foi conservado o Patronato de Menores pelas mesmas. Seu funcionando era em dois períodos e havia ainda o regime de internato, semi-internato e externato (MOREIRA, 1990, p 81).

Em 1958, foram criados os estabelecimentos particulares “Ginásio Nossa Senhora da Conceição” e a “Escola Normal Nossa Senhora da Conceição”. O Patronato de Menores transformou-se no estabelecimento denominado “Educandário Santo Antônio”. No mesmo ano, começou a funcionar a primeira escola estadual com oferta de quatro turmas de 5ª série



ginasial, denominada “Colégio Estadual Presidente Vargas”. Em 1959 já contava com uma turma de 6º série ginasial (hoje 6º ano do ensino fundamental).

A Instituição pioneira: Colégio Estadual Presidente Vargas

Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados foi criada pela Lei n.º 427, de 2 de outubro de 1951, pelo governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa. A referida instituição é pioneira em Dourados relacionada ao ensino secundário público, foi construída ainda no governo de Getúlio Vargas. A área destinada para construção do Colégio foi doada pelo Professor Celso Muller do Amaral, sendo de 10.000 m², situada ao sul com as atuais ruas Oliveira Marques, ao Norte, com a Cyro Melo, a Leste com a Hayel Bon Faker e a Oeste, com a João Cândido Câmara, sendo que na época de sua criação as ruas eram denominadas respectivamente de: Paraíba; Dr. Mario Machado de Lemos; Bahia e Minas Gerais².

Desde sua construção, a escola tem destaque pela sua estrutura física, pois a mesma foi construída com uma arquitetura moderna para época e segundo os registros do projeto, ela esta edificada em um espaço denominado chácara 57 e 58, pressupondo desta forma, que antes neste local existiam as respectivas chácaras. Como se pode observar na imagem abaixo, que em seu entorno não havia outras edificações.

² Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados/ Fiscalização de obras/ Geo Processamento/ Sr. Osmar Ferreira Paraizo. 05 de Fevereiro de 2013.

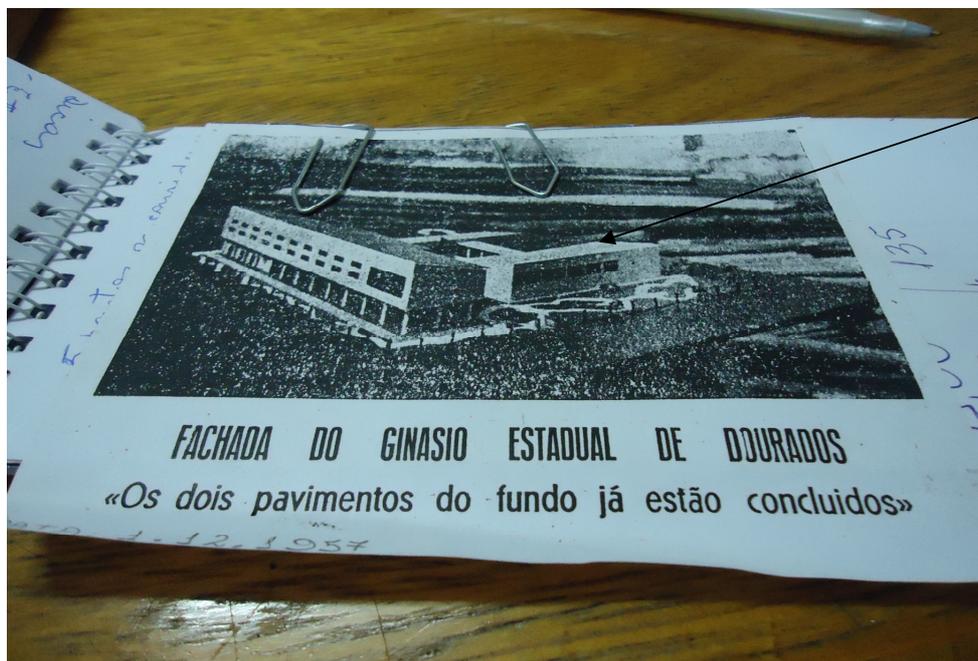


Imagem 1: Fotografia da construção da Escola Estadual Presidente Vargas, em 1951.

Fonte: Acervo Particular da Professora Isaura Marra de Alencar.

Como se observa na foto é um edifício de arquitetura tipicamente modernista, erguida nos anos 50 do século XX, iniciando suas atividades escolares em 1958. É o colégio público mais antigo de Dourados e, por isso sua importância para a memória da arquitetura e da educação do Estado.

A arquitetura apresentada pelo edifício mais antigo é de muito valor para a historiografia. Desta forma, a significância desta pesquisa na referida instituição escolar, parte do seu entorno, pois de acordo com Sanfelice,

Nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar para seu entorno. Um entorno que se inicia bem junto a ela, mas que pode ser uma caminhada para uma dimensão cada vez mais macro[...]. Enfim, a dimensão da identidade de uma instituição somente estará bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro. As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. (SANFELICE, 2007, p. 78).

O Colégio Estadual Presidente Vargas é constituída de um prisma frontal com dois pisos que se encontram com duas alas posteriores interligados por uma passarela em laje plana presa a um conjunto de pilares de seção circular de 4", que formam um pátio central. Atrás dessa passarela, um volume de caixa de água. Nas alas laterais, de um lado funciona a administração escolar e do outro, salas de aula.

A escolha pela história da instituição partiu das pesquisas nos arquivos e documentos da atual “Escola Estadual Presidente Vargas” e se deu pela importância que essa instituição teve no processo de escolarização do ensino público, sobretudo do “ginásio e científico” (atual ensino fundamental e médio), em um momento que Dourados abarcava um grande contingente de imigrantes oriundos de diversos lugares do país.

Nos arquivos escolares encontram-se registros de diferentes naturezas e espécies, que, muitas vezes, fazem parte de uma memória “perdida”, esquecida, porém uma memória que representa um passado de escolarização, com características próprias da instituição escolar. Esses registros documentais tornam-se, diante do olhar dos pesquisadores em História da Educação, fontes fundamentais para o estudo dos processos de escolarização, da história das instituições escolares, da cultura escolar, entre outros aspectos. Como por exemplo, na foto de formatura da 2ª turma, em que o destaque é a presença de dois oradores, apresentando uma cultura escolar ímpar.



Imagem 2: Fotografia da 2ª Turma do Ensino Secundário

Fonte: Acervo Particular de ex-aluno da Escola Estadual Presidente Vargas.

Na imagem acima se observa que segundo informações de uma das ex-alunas, teve dois oradores, sendo um do gênero masculino e outro do gênero feminino, o que pressupõe uma “certa” igualdade entre os gêneros e o que demonstra uma cultura escolar distante.

O Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados passou a oferecer o “Científico” (ensino médio), no ano de 1963 e com isso os alunos que pretendiam e tinham condições financeiras seguiam uma carreira acadêmica em outras cidades ou em outros estados

brasileiros. Assim a partir de então os alunos que desejassem freqüentar o ensino secundário público poderiam iniciar na cidade de Dourados, portanto a instituição passou a atender tanto alunos da cidade quanto da região.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da atual Escola Estadual Presidente Vargas,

A história da Escola Presidente Vargas se confunde, em parte, com a história de Dourados. Um dos personagens principais dessa trajetória é o professor Celso Muller do Amaral, que inclusive será homenageado com a denominação do anfiteatro que será construído na escola. “Ele foi um exemplo de incentivo à educação de Dourados” destacam diversas lideranças, lembrando que Amaral foi o doador da área onde o estabelecimento foi construído. (Fonte: Projeto Político Pedagógico da E.P.V, 2005, p.08)

Desde sua criação a escola acima mencionada teve destaque na cidade, iniciou suas atividades com quatro turmas do 5º ano ginásial e pelos registros das matrículas os alunos eram naturais de diversos estados brasileiros, como por exemplo, Ceará, Bahia, Minas Gerais Alagoas, Paraná, Pernambuco, São Paulo e do estado de Mato Grosso-Uno, sendo que a maioria dos alunos era oriunda dos dois últimos. De acordo com o livro de matrículas, no primeiro ano havia 106 alunos e em 1959 com uma turma do 6º ano. Outro fator de destaque é que muitos eram japoneses, e o que provavelmente justifica este fato é que houve dois grandes momentos de imigração na cidade de Dourados e região, um em 1947 e em 1953.

Desse modo, pesquisar no arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas, as listas de matrículas dos alunos do ensino secundário da instituição está sendo possível verificar quais os perfis destes alunos na época da criação da referida escola em Dourados e quem são os mesmos na sociedade atual (por amostragem) e como era constituída a grade curricular desta modalidade de ensino e assim registrar a história e memória da instituição e do ensino secundário do sul de Mato Grosso.

Considerações Finais

Desenvolver estudos mediante reflexões sobre o ensino secundário no sul de Mato Grosso, possibilitou conhecer, organizar, escrever, atualizar e registrar a história de uma Instituição de Ensino, que refere-se a atual Escola Estadual Presidente Vargas, por meio do registro dessa modalidade de ensino no estado e município de Dourados, que é por sua vez, objeto dessa pesquisa.

Nesse contexto, verifica-se que a educação tem uma importância significativa para com a História, pois ambas caminham juntas num processo de construção social, política, econômica e cultural. Ou seja, a história da educação faz parte de uma situação imbricada com a própria sociedade em geral. Assim, é possível afirmar que a memória tem um caráter primordial para elevação da nação de um grupo e a consolidação do mesmo é essencial para a coletividade que deseja preservar as características da sua cultura e consolidar a cultura escolar com a sociedade.

Portanto, a história da colonização do município de Dourados está entrelaçada com a própria história do Colégio Estadual Presidente Vargas, que é por sua vez, uma Instituição de Ensino em que alavancou meios e subsídios através da educação para a formação profissional das pessoas que até então, residiam na cidade e região.

É importante observar, por meio das pesquisas desenvolvidas, que o próprio ensino secundário e os cursos técnicos criados pela Escola, eram direcionados conforme o momento político, social, cultural, econômico que a população ou mesmo a sociedade estava vivenciando naquele contexto. Assim, registrar pela pesquisa, a história do Ensino Secundário no Sul de Mato Grosso é de fundamental relevância, para com a educação, a história e principalmente, a sociedade como um todo.

Ressalva-se ainda que esta pesquisa esta em andamento, e considerando que a partir desses estudos, e buscando responder as problematizações apresentadas, que no decorrer deste foram explanadas, provavelmente surgirão outras inquietações que servirão como base ou suporte para o alicerce e a continuidade desta pesquisa.

Referências

AZEVEDO, Amilcar G. de. **Estatística Básica**: cursos de Ciências Humanas e de Educação. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1979.

BONATO, N. M. C. Os arquivos escolares como fonte a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

BONATO, N.M. Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2002. v. 1, p. 97-109.

BRASIL, MEC. PARECER CNE/CEB Nº: 5/2011. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Aprovado em 04/05/2011. Brasília: MEC, 2011.

CARVALHO, M. M. C. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, C. P. et al. **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

CHARTIER, R. **A história cultural: Entre Práticas e Representações**. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 2002.

DALLABRIDA, N. A Reforma Francisco Campos e a Modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação (PUCRS)**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, pp. 185-191, maio/ago. 2009.

GONÇALVES, N. G. Arquivos históricos escolares: contribuições para o ensino de história e a história local. Santa Catarina, 2005. Disponível em: <http://www.educacao.ufpr.br/lab_nucleo_e_centro/gde_historia>. Acesso em: 30 set. 2012.

GRESSLER, L. A, SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. 1988.

HILSDORF, M. L. S.; VIDAL, D. O centro de memória da educação USP: acervo documental e pesquisas em história da educação. In: MENEZES, M. C. (Org.). **Educação, Memória, História**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão...[et al.] - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Data de acesso: 10 de dezembro de 2012.

MENEZES, Maria Cristina. O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história. **Horizontes**, v.23, n.1, p.67-76, jan./jun. 2005.

MOGARRO, M. J. Arquivos e educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 75-99, jul./dez, 2005a.

NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. **Instituições escolares: porque e como estudar**. Campinas, SP: Editora, Alínea, 2009.

NUNES, Clarice; SÁ, Nicanor Palhares (Orgs.). **Instituições Educativas na Sociedade Disciplinar Brasileira**. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

OLIVEIRA, S. S. de. **A pesquisa sobre a Escola Secundária Brasileira na Primeira Metade do Século XX: por uma história da Educação do Sul de Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.anpedco2012.ufms.br/trabalhos/GT2/ARTIGO/RO-005.pdf>> Acesso em: 02 de out. de 2012.

RIBEIRO, S. de A.; RIEDNER, D. D. T. **Apontamentos sobre o Ensino Secundário no Sul de Mato Grosso: em foco o Colégio Maria Constança Barros Machado**. Disponível

em: <<http://www.anpedco2012.ufms.br/trabalhos/GT2/ARTIGO/A-021.pdf>> Acesso em: 02 de out. de 2012.

ROCHA, M. P.; OLIVEIRA, R. T. C. de. **O processo de Implantação do Ensino Secundário no Sul do Estado de Mato Grosso: iniciativa particular (1920-1940).**

SANFELICE, José Luis. História das Instituições Escolares. In: Nascimento, Maria Isabel Moura (ET AL). **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica.** Campinas, S. P. Autores Associados: HISTEDBR, Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR:UEPG, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas: Autores Associados / HISTEDBR; Curitiba: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa: UEPG, 2004. p. 3-12.

SOUZA, Rosa Fátima de. A Renovação do Currículo do Ensino Secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). **Currículo Sem Fronteiras**, v, 9, n. 1, pp. 72-90, jan./jun.2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da Organização do Trabalho escolar e do Currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil).**V. 2. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Izabel Cristina Silva. **Colégio Estadual, a Professora Maria Constança e o Curso Colegial na década de 50, em Campo Grande.** Dissertação (Mestrado em Educação), UCDB, Campo Grande, 1998.

VIDAL, D. G. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005a.